



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

EDITAL

CONCORRÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2026
Processo Administrativo nº 062/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA, por meio do(a) Comissão Permanente de Contratação, sediado(a) Av. José Ribamar Barbosa, 04, bairro Centro, na cidade de Careiro da Várzea/AM, CEP 69255-000, realizará licitação, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 08/06/2026

Hora Inicial: 10:00 (horário de Brasília)

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma) creche no município do Careiro da Várzea/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O valor estimado é de 2.628.940,90 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta reais e noventa centavos).
- 1.3. Os anexos de engenharia estão disponíveis no portal da Transparência da prefeitura do Careiro da Várzea no seguinte endereço:
<https://careiroadavarzea.am.gov.br/licitacoes/>
- 1.4. A licitação será realizada em LOTES, formado por 4 (quatro) lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que o compõem, é facultado ao licitante ofertar lances para um lote ou para todos os lotes que o interessar, a saber:

LOTE 1		
1	ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA BOA VISTA-DISTRITO JINIPAPO-COMUNIDADE BOA VISTA	R\$ 288.648,78
2	REFORMA DA ESCOLA VICENTE BRITO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA/AM	R\$ 270.203,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

3	ESCOLA MONTE SINAI-DISTRITO DO APIPICA-COMUNIDADE	R\$ 284.291,19
	TOTAL DO LOTE 1	R\$ 843.143,19
LOTE 2		
1	REFORMA DA ESCOLA GALDINO VIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 108.167,13
2	REFORMA DA ESCOLA CRISTO REI NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 64.213,76
3	ESCOLA DOMINGO JOSÉ DE SOUZA-DISTRITO MIRACAUERA-COMUNIDADE ASSEMBLEIA DE DEUS	R\$ 539.012,82
4	REFORMA DA ESCOLA JULIETA FALCÃO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 175.628,43
5	ESCOLA MIGUEL FERREIRA-DISTRITO P. DO CAREIRO-COMUNIDADE SÃO JOSÉ	R\$ 470.558,29
	TOTAL DO LOTE 2	R\$ 1.357.580,43
LOTE 3		
1	REFORMA DA ESCOLA ALDENEY DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 206.438,49
2	ESCOLA NOVA ESPERANÇA-DISTRITO LAGO DO IAUAUÁ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 47.096,81
3	ESCOLA SEBASTIÃO PANTOJA DE SOUZA-DISTRITO P. DO PARAUÁ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 74.399,06
	TOTAL DO LOTE 3	R\$ 327.934,36
LOTE 4 - CRECHE		
1	ADEQUAÇÃO DA CRECHE SONHO MEU NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	100.282,92
	TOTAL DO LOTE 4	100.282,92
	TOTAL GERAL	R\$ 2.628.940,90

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA

Secretaria Municipal de Educação

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.1. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor total com BDI
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
2	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
3	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
4	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais)

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de 11 (onze) escolas e Adequação de 01 (uma) creche no Município do Careiro da Várzea/AM	R\$ 100,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA

Secretaria Municipal de Educação

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Agente de Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou mídia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, desde que fundamentado via chat antes do término do prazo concedido, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico cpl.pmcv@gmail.com

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cpl.pmcv@gmail.com

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico cpl.pmcv@gmail.com

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Careiro da Várzea/AM, 23 de abril de 2026.


PEDRO DUARTE GUEDES
Prefeito Municipal de Careiro da Várzea/AM



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma) creche no município do Careiro da Várzea/AM, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto da contratação tem a natureza de obra e serviço de engenharia comuns.
- 1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. A licitação será dividida em 4 lotes, a saber:

2. LOTE 1		
1	ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA BOA VISTA-DISTRITO JINIPAPO-COMUNIDADE BOA VISTA	R\$ 288.648,78
2	REFORMA DA ESCOLA VICENTE BRITO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA/AM	R\$ 270.203,22
3	ESCOLA MONTE SINAI-DISTRITO DO APIPICA-COMUNIDADE	R\$ 284.291,19
	TOTAL DO LOTE 1	R\$ 843.143,19
LOTE 2		
1	REFORMA DA ESCOLA GALDINO VIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 108.167,13
2	REFORMA DA ESCOLA CRISTO REI NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 64.213,76
	ESCOLA DOMINGO JOSÉ DE SOUZA-DISTRITO MIRACAUERA-COMUNIDADE ASSEMBLEIA DE DEUS	R\$ 539.012,82
	REFORMA DA ESCOLA JULIETA FALCÃO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 175.628,43
	ESCOLA MIGUEL FERREIRA-DISTRITO P. DO CAREIRO-COMUNIDADE SÃO JOSÉ	R\$ 470.558,29
	TOTAL DO LOTE 2	R\$ 1.357.580,43
LOTE 3		
1	REFORMA DA ESCOLA ALDENEY DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 206.438,49



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

	ESCOLA NOVA ESPERANÇA-DISTRITO LAGO DO IAUAUÁ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 47.096,81
	ESCOLA SEBASTIÃO PANTOJA DE SOUZA-DISTRITO P. DO PARAUÁ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 74.399,06
	TOTAL DO LOTE 3	R\$ 327.934,36
LOTE 4 - CRECHE		
1	ADEQUAÇÃO DA CRECHE SONHO MEU NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	100.282,92
	TOTAL DO LOTE 4	100.282,92
	TOTAL GERAL	R\$ 2.628.940,90

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos no ETP, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição:

Obrigações ambientais, como:

5.1.1. Destinação adequada de resíduos (inclusive eletrônicos); planejamento e Gerenciamento de resíduos da construção civil (RCC);

5.1.2. Cumprimento de exigências legais (licenças ambientais, CTF/APP, logística reversa);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

5.1.3. Uso racional de recursos naturais e insumos (água, energia, papel, etc.) como, por exemplo, controle de consumo de água e energia no canteiro, reutilização de água da chuva para serviços de limpeza;

obrigações sociais, como:

5.1.4. Inclusão de mão de obra de grupos vulneráveis (ex.: mulheres vítimas de violência, pessoas trans, pessoas com deficiência);

5.1.5. Observância às normas trabalhistas e de saúde e segurança no trabalho, Condições dignas no alojamento e no refeitório dos trabalhadores, o uso de EPIs obrigatórios, treinamentos de segurança e prevenção de acidentes;

Subcontratação

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

Garantia da contratação

5.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

5.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

Vistoria

5.4. A vistoria técnica **não é obrigatória**, no entanto, a avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas.

5.4.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 5.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.2. Início da execução do objeto: até 10 dias da emissão da ordem de serviço.
- 6.3. Deverá seguir o prazo de execução conforme o cronograma realização dos serviços apresentado na proposta.

Local e horário da prestação dos serviços

- 6.4. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Município de Careiro da Várzea- Amazonas.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 7.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

- 7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 7.15. Também como forma de fiscalização do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.17. Cabe ao gestor do contrato:

- 7.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 8.1.1. não produziu os resultados acordados,
- 8.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada

Do recebimento

- 8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.7. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 8.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 8.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

8.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) a data da emissão;

II) os dados do contrato e do órgão contratante;

III) o período respectivo de execução do contrato;

IV) o valor a pagar;

V) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

período, a critério do Contratante.

- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

- 8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.2.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.2.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.2.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.2.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.2.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.2.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.2.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 9.2.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 9.2.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.2.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.2.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.2.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 9.2.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 9.2.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

- 10.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.
- 10.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

10.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

Exigências de habilitação

- 10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

comprobatório de seus administradores;

- 10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

atividade e compatível com o objeto contratual;

- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- 10.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

- 10.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.29. Garantia da proposta. Conforme o estabelecido no artigo 58, § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, que deverá estar em nome do Município de Careiro da Várzea/Am, com validade de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data de abertura da licitação.
- 10.30. A Garantia disciplinada no item anterior será proporcional ao lote disputado pelo fornecedor, caso opte por disputar os 03 lotes disponíveis o valor da garantia será calculado pelo valor total, caso opte por apenas um dos lotes a garantia será calculada por este lote.
- 10.31. Os licitantes deverão apresentar comprovante da referida garantia da proposta sob uma das modalidades e critérios previstos no §1º do artigo 96, da Lei 14.133/2021, no documento de habilitação.
- 10.32. Em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito em conta própria fornecida pela Secretaria de Finanças do Município de Careiro da Várzea/Am, sito Av. José Ribamar Barbosa, nº. 04 – Centro – CEP 69.255-000 - Careiro da Várzea/Am.
- 10.33. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Qualificação Técnica

- 10.34. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 10.35. **A visita técnica não é obrigatória**, mas se a licitante decidir em fazê-la deverá solicitar agendamento, previamente, por meio do endereço eletrônico: licitacao.pmcv@gmail.com, que será realizada até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.

10.35.1. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários **para a elaboração da sua proposta**, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração do Município nenhuma responsabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

- 10.36. Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico na entidade profissional competente, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, que comprove atividade relacionada com o objeto.

Qualificação Técnico-Operacional

- 10.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.38. Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra/serviço, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução e vigência.
- 10.39. Corresponder a 20% (dez por cento) das parcelas de maior relevância, conforme tabela abaixo.

item	descrição	und	quantidade total	Quantidade mínima exigida (20%)
1	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	434	86,8
2	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	633,68	126,74
	LOTE 2			
1	PAREDE DE MADEIRA COM ESTRUTURA E VIGA CINTA DE 7,5 X 15CM	m²	106,33	21,27
2	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	618,5	123,7
	LOTE 3			
1	Forro de pvc, em régua de 10 ou 20 cm, aplicado, inclusive estrutura para fixação (perfis em PVC) marca Araforros ou similar, instalado - Rev 06_10/2021	m²	261,56	52,31



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

2	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE BASE ÁGUA EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	2490,48	498,10
	LOTE 4			
1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19 CM (ESPESSURA 14 CM, BLOCO DEITADO) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	30,01	6,00
2	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	60,02	12,00
3	VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, NÃO APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 6 X 12 CM. AF_03/2024	M	108,6	21,72

- 10.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.41. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 10.42. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 10.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 10.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

- 10.45. Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra/execução do serviço, que demonstre a Anotação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

item	descrição	und
	LOTE 1	
1	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG
2	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²
	LOTE 2	
1	PAREDE DE MADEIRA COM ESTRUTURA E VIGA CINTA DE 7,5 X 15CM	m²
2	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²
	LOTE 3	
1	Forro de pvc, em réguas de 10 ou 20 cm, aplicado, inclusive estrutura para fixação (perfis em PVC) marca Araforros ou similar, instalado - Rev 06_10/2021	m²
2	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE BASE ÁGUA EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²
	LOTE 4	
1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19 CM (ESPESSURA 14 CM, BLOCO DEITADO) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²
2	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²
3	VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, NÃO APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 6 X 12 CM. AF_03/2024	M

10.46. Certidão de Registro e Quitação de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Amazonas, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/AM ou CAU/AM na ocasião da assinatura do Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 10.47. O(s) profissional(is) apresentado(s) como Responsável(is) técnico deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.48. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 10.49. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

- 10.50. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.51. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.52. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.53. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.54. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 10.55. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 10.56. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 10.57. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 10.58. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 10.59. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 10.60. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- 10.61. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 10.61.1. ata de fundação;
 - 10.61.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 10.61.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 10.61.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 10.61.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 10.61.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 10.61.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ **2.628.940,90 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta reais e noventa centavos)** referente aos 3 lotes conforme custos unitários apostos em cada Orçamento, em anexo, os licitantes poderão participar de 01 ou dos 04 lotes disponíveis, a saber:

LOTE 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

1	ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA BOA VISTA-DISTRITO JINIPAPO-COMUNIDADE BOA VISTA	R\$ 288.648,78
2	REFORMA DA ESCOLA VICENTE BRITO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA/AM	R\$ 270.203,22
3	ESCOLA MONTE SINAI-DISTRITO DO APIPIKA-COMUNIDADE	R\$ 284.291,19
	TOTAL DO LOTE 1	R\$ 843.143,19
LOTE 2		
1	REFORMA DA ESCOLA GALDINO VIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 108.167,13
2	REFORMA DA ESCOLA CRISTO REI NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 64.213,76
	ESCOLA DOMINGO JOSÉ DE SOUZA-DISTRITO MIRACAUERA-COMUNIDADE ASSEMBLEIA DE DEUS	R\$ 539.012,82
	REFORMA DA ESCOLA JULIETA FALCÃO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 175.628,43
	ESCOLA MIGUEL FERREIRA-DISTRITO P. DO CAREIRO-COMUNIDADE SÃO JOSÉ	R\$ 470.558,29
	TOTAL DO LOTE 2	R\$ 1.357.580,43
LOTE 3		
1	REFORMA DA ESCOLA ALDENEY DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 206.438,49
	ESCOLA NOVA ESPERANÇA-DISTRITO LAGO DO IAUAUÇÚ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 47.096,81
	ESCOLA SEBASTIÃO PANTOJA DE SOUZA-DISTRITO P. DO PARAUAÍ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 74.399,06
	TOTAL DO LOTE 3	R\$ 327.934,36
LOTE 4 - CRECHE		
1	ADEQUAÇÃO DA CRECHE SONHO MEU NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	100.282,92
	TOTAL DO LOTE 4	100.282,92
	TOTAL GERAL	R\$ 2.628.940,90

12.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos de convênio e recursos próprio (contrapartida).

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação

Unidade Orçamentária: 02.04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 12.361.0062.1002.0000 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE UNID. EDUCA. DO ENS. FUNDAMENTAL

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte: 500

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Careiro da Várzea/AM, 17 de abril de 2026.

NAYRA THAUANA ENES MARTINS
Engenheira Civil
CREA 26931-AM

Katia Luzia Sales Cordeiro
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente estudo tem por objetivo a reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma) creche no município do Careiro da Várzea/AM, a fim de atender à demanda do Município do Careiro da Várzea/AM no que se refere à melhoria, adequação e recuperação da infraestrutura física das unidades educacionais da rede pública municipal, listadas abaixo:

Item	Descrição	Quant.
1	ESCOLA ALDENY DOS SANTOS BARROS-DISTRITO CURUÇA-COMUNIDADE MONTE DAS OLIVEIRAS	1
2	ESCOLA CRISTO REI- DISTRITO LAGO DO REI- COMUNIDADE CRISTO REI	1
3	ESCOLA PROFº GALDINO VIEIRA DA SILVA-DISTRITO-ILHA DO PARAUÁ-COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	1
4	ESCOLA JULIETA FALCÃO DE OLIVEIRA-DISTRITO COSTA DO MARIMBA-COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE APARECIDA	1
5	ESCOLA MONTE SINAI-DISTRITO DO APIPICA-COMUNIDADE MONTE SINAI	1
6	ESCOLA NOVA ESPERANÇA-DISTRITO LAGO DO IAUAU-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	1
7	ESCOLA SEBASTIÃO PANTOJA DE SOUZA-DISTRITO P. DO PARAUÁ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	1
8	ESCOLA VICENTE BRITO-DISTRITO LAGO DO MIRITI-COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	1
9	CRECHE SONHO - DISTRITO BR 319 KM 13-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1
10	ESCOLA DOMINGO JOSÉ DE SOUZA-DISTRITO MIRACAUERA-COMUNIDADE ASSEMBLEIA DE DEUS	1
11	ESCOLA MIGUEL FERREIRA-DISTRITO P. DO CAREIRO-COMUNIDADE SÃO JOSÉ	1
12	ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA BOA VISTA-DISTRITO JINIPAPO-COMUNIDADE BOA VISTA	1

1.2. A necessidade decorre do diagnóstico realizado nas referidas unidades, o qual evidenciou condições estruturais e funcionais comprometidas, tais como desgaste natural das edificações, problemas em instalações elétricas e hidrossanitárias, deterioração de coberturas, pisos e revestimentos, além de inadequações quanto à acessibilidade, segurança e conforto ambiental. Tais fatores impactam diretamente a qualidade do ambiente escolar, podendo prejudicar o desenvolvimento das atividades



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

pedagógicas e administrativas, bem como colocar em risco a integridade física de alunos, professores e demais servidores.

- 1.3. Ademais, a ausência de manutenção preventiva ao longo do tempo contribuiu para o agravamento das patologias construtivas existentes, tornando indispensável a realização de intervenções corretivas mais abrangentes, por meio de serviços de engenharia devidamente planejados e executados conforme as normas técnicas vigentes.
- 1.4. A contratação de pessoa jurídica especializada se justifica pela complexidade e especificidade dos serviços a serem executados, que demandam conhecimento técnico, uso de equipamentos adequados, mão de obra qualificada e responsabilidade técnica formalmente assumida por profissional habilitado, nos termos da legislação aplicável. Além disso, a execução das reformas de forma centralizada e por empresa especializada possibilita maior controle de qualidade, cumprimento de prazos e eficiência na aplicação dos recursos públicos.
- 1.5. Importa destacar que as intervenções propostas visam garantir condições adequadas de funcionamento das unidades de ensino, promovendo ambientes seguros, salubres e acessíveis, em conformidade com os parâmetros exigidos pelos órgãos de controle e pelas normas de engenharia e arquitetura. A melhoria da infraestrutura escolar contribui diretamente para a valorização do ensino público, favorecendo o processo de aprendizagem e o bem-estar da comunidade escolar.
- 1.6. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais ofertados pelo Município, atendendo ao interesse público e às diretrizes de desenvolvimento educacional.
- 1.7. As unidades de ensino contempladas apresentam, atualmente, deficiências estruturais decorrentes do desgaste natural das edificações, da exposição a fatores climáticos típicos da região e da insuficiência de manutenções periódicas ao longo do tempo. Tais condições comprometem a segurança, a salubridade e o conforto dos ambientes escolares, impactando diretamente o desempenho das atividades pedagógicas e administrativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 1.8. A realização das reformas é medida indispensável para restabelecer a funcionalidade dos espaços físicos, adequando-os às normas técnicas vigentes, especialmente no que se refere às instalações elétricas, hidrossanitárias, acessibilidade, ventilação, iluminação e segurança predial. Além disso, a intervenção contribuirá para a prevenção de danos maiores, evitando a necessidade de investimentos mais elevados no futuro em decorrência da deterioração progressiva das estruturas.
- 1.9. A opção pela contratação de empresa especializada justifica-se pela natureza técnica e pela complexidade dos serviços de engenharia a serem executados, que exigem planejamento detalhado, acompanhamento técnico especializado, utilização de materiais adequados e cumprimento rigoroso das normas regulamentadoras. A execução por profissionais habilitados, com responsabilidade técnica devidamente registrada, assegura maior qualidade dos serviços, redução de riscos e conformidade legal.
- 1.10. Dessa forma, a presente contratação mostra-se plenamente justificada, uma vez que atende a uma demanda essencial do Município, alinhando-se às políticas públicas de educação e aos objetivos de desenvolvimento social, assegurando melhores condições para a prestação do serviço educacional.

2. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

- 2.1. A reforma está alinhada ao Plano Municipal de Educação, ao Plano Plurianual (PPA) e ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação, que prioriza a melhoria da infraestrutura escolar como meio de promover a qualidade do ensino.

3. ÁREA REQUISITANTE

- 3.1. Secretária Municipal de Municipal de Educação.

4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1. Com a finalidade de identificar a solução mais adequada para atender à necessidade de reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

creche no Município do Careiro da Várzea/AM, procedeu-se ao levantamento das alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos de viabilidade técnica, econômica, eficiência administrativa e atendimento ao interesse público.

4.2. Inicialmente, destaca-se que o objeto da contratação se enquadra como obra e serviço de engenharia, caracterizado por intervenções estruturais e de manutenção predial que exigem conhecimento técnico especializado, responsabilidade técnica formal e observância às normas vigentes.

4.3. Diante disso, foram analisadas as seguintes alternativas:

a) Execução direta pela Administração Pública

4.4. Essa alternativa consistiria na realização das reformas por meio de equipe própria do Município. Contudo, verificou-se a inviabilidade dessa opção, tendo em vista a ausência de estrutura técnica suficiente, equipe especializada em número adequado, bem como a inexistência de equipamentos e insumos necessários para a execução integral das obras. Além disso, a execução direta implicaria maior prazo para mobilização, riscos de descontinuidade e possível comprometimento da qualidade dos serviços.

b) Adesão de Atas de Registro de Preço

4.5. No âmbito das contratações públicas, a adesão à Ata de Registro de Preços, também conhecida como “carona”, constitui mecanismo previsto na legislação vigente que permite a órgãos ou entidades que não participaram do procedimento licitatório original utilizarem uma ata previamente registrada, desde que atendidos os requisitos legais, a vantajosidade e a compatibilidade do objeto.

4.6. No presente caso, que trata da necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma) creche no Município do Careiro da Várzea/AM, foi analisada a viabilidade de adoção desse instrumento como alternativa à realização de procedimento licitatório próprio.

4.7. Entretanto, verificou-se que a adesão à Ata de Registro de Preços não se mostra a solução mais adequada para atendimento da demanda, pelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

seguintes fundamentos:

- 4.8. Inicialmente, destaca-se que obras e serviços de engenharia, especialmente aqueles de natureza não padronizada, como reformas prediais em múltiplas unidades com características distintas, possuem elevado grau de especificidade técnica. Cada unidade escolar apresenta condições estruturais próprias, necessidades particulares de intervenção e peculiaridades que demandam levantamento técnico individualizado, elaboração de projeto básico específico e definição detalhada dos serviços a serem executados.
- 4.9. Nesse contexto, torna-se inviável a utilização de uma ata de registro de preços genérica, uma vez que dificilmente contemplará, com precisão, as especificações técnicas, quantitativos e condições necessárias para execução das reformas pretendidas. A adoção de ata de terceiros poderia resultar em inadequações contratuais, comprometimento da qualidade dos serviços e riscos de execução insatisfatória.
- 4.10. Ademais, a legislação exige que a adesão à ata esteja condicionada à demonstração de vantajosidade para a Administração, o que envolve não apenas a análise de preços, mas também a adequação técnica do objeto. No caso em questão, a ausência de padronização das intervenções inviabiliza a comprovação dessa vantajosidade de forma segura e consistente.
- 4.11. Outro ponto relevante refere-se à necessidade de planejamento detalhado da contratação, incluindo a elaboração de projetos, cronogramas, memoriais descritivos e orçamentos específicos para cada unidade. Tais elementos são essenciais para garantir a correta execução das obras e não são contemplados em atas de registro de preços previamente constituídas por outros órgãos.
- 4.12. Além disso, a utilização de adesão à ata limitaria a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa, uma vez que restringe a contratação às condições previamente estabelecidas por outro ente público, sem considerar as particularidades locais e as condições específicas do mercado regional.
- 4.13. Por fim, considerando a relevância e o impacto das intervenções pretendidas, bem como o volume de recursos envolvidos, a realização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

procedimento licitatório próprio, preferencialmente na modalidade concorrência eletrônica, com parcelamento em lotes conforme já estruturado, apresenta-se como a alternativa mais adequada, assegurando ampla competitividade, transparência, melhor adequação técnica e maior controle por parte da Administração.

4.14. Diante do exposto, conclui-se que a adesão à Ata de Registro de Preços não é recomendável para o atendimento da presente demanda, em razão da especificidade dos serviços de engenharia a serem executados, da necessidade de detalhamento técnico individualizado e da dificuldade de comprovação de vantajosidade. Assim, a realização de licitação própria mostra-se a medida mais adequada ao interesse público.

4.15. Se quiser, posso juntar tudo que você pediu (necessidade + justificativa + parcelamento + mercado + adesão + benefícios) em um único documento pronto para processo.

c) Contratação de empresa especializada por meio de procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica

4.16. Esta alternativa consiste na contratação de uma empresa devidamente qualificado, por meio de processo licitatório na modalidade concorrência, em sua forma eletrônica, conforme previsto na legislação vigente.

4.17. A Concorrência Eletrônica apresenta-se como a solução mais vantajosa, uma vez que:

4.18. Amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas de diferentes localidades, inclusive fora da região, aumentando a disputa e a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa;

4.19. Assegura maior transparência e publicidade, com todos os atos realizados em ambiente digital, possibilitando amplo controle social e institucional;

4.20. Promove eficiência e celeridade processual, reduzindo custos operacionais e simplificando os trâmites administrativos;

4.21. Garante maior economicidade, em razão da ampliação da concorrência e da disputa de lances, resultando em melhores preços para a Administração;

4.22. Permite melhor controle e gestão contratual, ao centralizar a execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

em uma contratada, facilitando a fiscalização e assegurando a fidelidade da execução dos serviços de acordo com o projeto básico.

- 4.23. Ademais, observa-se que o mercado de engenharia dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional compatível com o objeto pretendido, sendo prática comum a execução de obras similares por meio de contratos oriundos de concorrência eletrônica.
- 4.24. Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia, por meio de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, mostra-se como a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade e interesse público.
- 4.25. Tal solução assegura a execução das reformas com qualidade, dentro dos prazos estabelecidos e com a melhor relação custo-benefício, garantindo condições adequadas de funcionamento das unidades educacionais do Município do Careiro da Várzea/AM.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. A solução proposta consiste na Contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma) creche no Município do Careiro da Várzea/AM, com vistas à recuperação, adequação e melhoria das condições físicas e operacionais das unidades educacionais.
- 5.2. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade concorrência, em sua forma eletrônica, em observância à legislação vigente, garantindo ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 5.3. A execução do objeto será estruturada de forma parcelada em 04 (quatro) lotes, definidos conforme o porte, logística e a natureza das unidades a serem reformadas. Essa divisão visa compatibilizar a complexidade dos serviços com a capacidade técnica das empresas participantes, ampliar a competitividade do certame e assegurar maior eficiência na execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

contratual.

- 5.4. Os serviços a serem executados compreendem, de forma geral, intervenções de manutenção corretiva e, quando necessário, preventiva, incluindo, mas não se limitando a: recuperação estrutural, revisão e adequação de coberturas, substituição e/ou manutenção de instalações elétricas e hidrossanitárias, reparos em pisos, revestimentos e esquadrias, pintura geral, adequações de acessibilidade, melhorias nas condições de ventilação e iluminação, bem como demais serviços necessários ao pleno funcionamento das unidades.
- 5.5. A solução contempla, ainda, a obrigatoriedade de elaboração e/ou validação de projetos executivos, quando necessário, bem como o cumprimento rigoroso das normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à segurança do trabalho, acessibilidade, desempenho das edificações e demais regulamentações pertinentes. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais legalmente habilitados, garantindo a devida responsabilidade técnica pela execução dos serviços.
- 5.6. A gestão e fiscalização contratual serão realizadas por equipe designada pela Administração, com o objetivo de acompanhar a execução das obras, verificar o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições contratuais, bem como assegurar a qualidade dos serviços prestados.
- 5.7. A solução prevê a execução das reformas de forma planejada e, sempre que possível, com a organização das atividades de modo a minimizar impactos no funcionamento das unidades escolares, resguardando a continuidade das atividades educacionais.
- 5.8. Como resultado esperado, a solução proporcionará a melhoria significativa da infraestrutura das unidades de ensino, garantindo ambientes mais seguros, acessíveis, salubres e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, contribuindo para a elevação da qualidade do ensino ofertado à população.
- 5.9. Dessa forma, a solução adotada apresenta-se como a mais adequada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

para atender à necessidade identificada, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, assegurando a correta aplicação dos recursos e a obtenção de resultados efetivos para a Administração e para a comunidade escolar.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 6.1. Os serviços relacionados e o seu estimativo foram baseados na Consultas a bases públicas de preços, tais como o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), para obtenção de parâmetros de custos atualizados por metro quadrado na região Norte, com especial atenção ao município de Careiro da Várzea/AM, levando em consideração as peculiaridades logísticas e geográficas locais.
- 6.2. Dos Quantitativos: os valores e unidades de medidas encontram-se na planilha orçamentaria e no projeto básico de engenharia anexo a este documento.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. **Estimativa de Preço:** A pesquisa de preços será realizada com base em obras similares contratadas por outros municípios, SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), e cotações de mercado atualizadas.
- 7.2. **Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro:** Será elaborada pela Secretaria de Finanças, com base na previsão orçamentária da pasta responsável e/ou recursos oriundos de transferências voluntárias ou emendas parlamentares.
- 7.3. O valor estimado da contratação é de **2.628.940,90 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta reais e noventa centavos)** conforme planilha orçamentária anexa ao projeto básico de engenharia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

LOTE 1		
1	ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA BOA VISTA-DISTRITO JINIPAPO-COMUNIDADE BOA VISTA	R\$ 288.648,78
2	REFORMA DA ESCOLA VICENTE BRITO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA/AM	R\$ 270.203,22
3	ESCOLA MONTE SINAI-DISTRITO DO APIPIKA-COMUNIDADE	R\$ 284.291,19
	TOTAL DO LOTE 1	R\$ 843.143,19
LOTE 2		
1	REFORMA DA ESCOLA GALDINO VIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 108.167,13
2	REFORMA DA ESCOLA CRISTO REI NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 64.213,76
	ESCOLA DOMINGO JOSÉ DE SOUZA-DISTRITO MIRACAUERA-COMUNIDADE ASSEMBLEIA DE DEUS	R\$ 539.012,82
	REFORMA DA ESCOLA JULIETA FALCÃO NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 175.628,43
	ESCOLA MIGUEL FERREIRA-DISTRITO P. DO CAREIRO-COMUNIDADE SÃO JOSÉ	R\$ 470.558,29
	TOTAL DO LOTE 2	R\$ 1.357.580,43
LOTE 3		
1	REFORMA DA ESCOLA ALDENEY DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	R\$ 206.438,49
	ESCOLA NOVA ESPERANÇA-DISTRITO LAGO DO IAUACÚ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 47.096,81
	ESCOLA SEBASTIÃO PANTOJA DE SOUZA-DISTRITO P. DO PARAUÁ-COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	R\$ 74.399,06
	TOTAL DO LOTE 3	R\$ 327.934,36
LOTE 4 - CRECHE		
1	ADEQUAÇÃO DA CRECHE SONHO MEU NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA – AM	100.282,92
	TOTAL DO LOTE 4	100.282,92
	TOTAL GERAL	R\$ 2.628.940,90

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 8.1. Nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas, especialmente quanto à análise da viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, procedeu-se à avaliação da melhor forma de estruturar a contratação referente à reforma de 11 (onze) escolas e readequação de 01 creche no Município do Careiro da Várzea/AM.
- 8.2. Após análise técnica, verificou-se que o parcelamento do objeto em 04 (quatro) lotes distintos mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, permitindo conciliar a ampliação da competitividade com a eficiência na execução contratual.
- 8.3. Tal segmentação considera as características específicas de cada tipo de unidade, especialmente quanto ao porte das edificações, complexidade dos serviços de engenharia envolvidos, volume de recursos a serem empregados e grau de especialização técnica exigido para execução das intervenções.
- 8.4. O parcelamento nesses moldes possibilita a participação de um maior número de empresas no certame, inclusive aquelas de menor porte que, eventualmente, não possuiriam capacidade técnica ou econômico-financeira para executar a totalidade do objeto, promovendo, assim, maior competitividade e isonomia entre os licitantes.
- 8.5. Além disso, a divisão em lotes homogêneos assegura maior eficiência na execução dos serviços, uma vez que permite a contratação de empresas com expertise compatível com cada tipo de intervenção, contribuindo para a melhoria da qualidade das obras e maior adequação às especificidades de cada unidade escolar.
- 8.6. Importa destacar que o parcelamento foi definido de forma a preservar a viabilidade técnica e a economicidade da contratação, evitando a fragmentação excessiva do objeto. A divisão em apenas três lotes mantém a racionalidade administrativa, reduzindo a complexidade da gestão contratual, ao mesmo tempo em que possibilita melhor distribuição das frentes de trabalho e potencial redução dos prazos de execução, caso haja execução simultânea por diferentes contratadas.
- 8.7. Ademais, o modelo adotado mitiga riscos operacionais, como atrasos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

generalizados ou paralisações, uma vez que eventual problema em um lote não comprometerá a execução integral do objeto. Também favorece o controle e a fiscalização por parte da Administração, permitindo acompanhamento mais organizado e segmentado das obras.

8.8. Do ponto de vista econômico, o parcelamento em lotes estruturados tende a gerar propostas mais vantajosas, uma vez que amplia a concorrência sem comprometer os ganhos de escala necessários à execução eficiente dos serviços.

8.9. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto em lotes, conforme descrito, atende plenamente ao interesse público, garantindo equilíbrio entre competitividade, eficiência, economicidade e qualidade na execução das reformas das unidades educacionais do Município do Careiro da Várzea/AM.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de 11 (onze) escolas e readequação de 01 (uma) creche no Município do Careiro da Várzea/AM proporcionará uma série de benefícios diretos e indiretos à Administração Pública e à comunidade escolar.

10.2. Inicialmente, destaca-se a melhoria significativa das condições estruturais das unidades educacionais, garantindo ambientes mais seguros, salubres e adequados ao pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas. A recuperação das edificações contribuirá para a redução de riscos relacionados a problemas estruturais, elétricos e hidrossanitários, promovendo maior segurança para alunos, professores e demais servidores.

10.3. Outro benefício relevante refere-se ao aprimoramento do conforto ambiental, por meio de intervenções que possibilitem melhores condições de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

ventilação, iluminação e organização dos espaços, impactando positivamente no processo de ensino-aprendizagem e no bem-estar dos usuários das unidades escolares.

- 10.4. A contratação também contribuirá para a valorização da rede pública de ensino, proporcionando ambientes mais dignos e adequados, o que pode refletir no aumento da frequência escolar, na redução da evasão e na melhoria do desempenho educacional dos alunos.
- 10.5. Sob o ponto de vista administrativo, a execução das reformas por meio de empresa especializada assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, com serviços executados conforme padrões técnicos estabelecidos, cumprimento de prazos e melhor controle da qualidade. Além disso, a realização das intervenções de forma planejada reduz a necessidade de manutenções corretivas emergenciais futuras, gerando economia a médio e longo prazo.
- 10.6. A divisão da contratação em lotes também favorece a celeridade na execução dos serviços, permitindo a atuação simultânea de diferentes empresas, o que pode resultar na redução do tempo total necessário para conclusão das reformas.
- 10.7. Ademais, a solução adotada promove impactos positivos no âmbito social, ao melhorar a infraestrutura educacional e, conseqüentemente, contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de educação no município, atendendo ao interesse coletivo e promovendo o desenvolvimento local.
- 10.8. Por fim, ressalta-se que a contratação possibilita a adequação das unidades às normas técnicas vigentes, incluindo requisitos de acessibilidade e segurança, garantindo maior inclusão e respeito às condições adequadas de uso dos espaços públicos.
- 10.9. Dessa forma, os benefícios esperados com a contratação evidenciam sua relevância e necessidade, demonstrando que a medida contribui de forma efetiva para a melhoria da qualidade do serviço público educacional ofertado pelo Município do Careiro da Várzea/AM.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 11.1.1. Para viabilizar a contratação e garantir a adequada execução do objeto, a Administração deverá adotar as seguintes providências:
- 11.1.2. Análise jurídica da contratação, a ser realizada pela Procuradoria Jurídica do Município, para emissão de parecer técnico quanto à legalidade dos atos preparatórios e do procedimento licitatório a ser adotado;
- 11.1.3. Consulta à disponibilidade orçamentária e financeira, com emissão da devida reserva de dotação orçamentária e verificação do impacto no planejamento financeiro municipal;
- 11.1.4. Escolha da modalidade e critério de julgamento mais adequados, com a definição da estratégia de contratação e do regime de execução, conforme análise da complexidade da obra e da legislação vigente;
- 11.1.5. Designação formal da equipe de planejamento da contratação, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes do Decreto nº 10.947/2022;
- 11.1.6. Publicação oficiais, garantindo a transparência e o controle social dos atos administrativos;
- 11.1.7. Planejamento e estruturação da fiscalização contratual, com definição dos responsáveis técnicos pela fiscalização da obra e acompanhamento da execução contratual.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1. A execução das obras e serviços de engenharia destinados à reforma de 11 (onze) escolas e readequação de 01 (uma) creche no Município do Careiro da Várzea/AM poderá gerar impactos ambientais, os quais, em sua maioria, são de natureza temporária, localizada e de baixa a média magnitude, sendo passíveis de mitigação mediante adoção de boas práticas construtivas e cumprimento da legislação ambiental vigente.
- 12.2. Dentre os principais impactos potenciais, destaca-se inicialmente a geração de resíduos da construção civil, provenientes de demolições, remoções de materiais deteriorados, substituição de revestimentos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

esquadrias e demais componentes. Esses resíduos, se não gerenciados adequadamente, podem ocasionar poluição do solo e do entorno das unidades.

- 12.3. Outro impacto relevante refere-se à emissão de poeira e material particulado, decorrente das atividades de demolição, lixamento, corte de materiais e movimentação de insumos. Tal situação pode afetar a qualidade do ar nas áreas adjacentes às obras, especialmente durante a execução dos serviços.
- 12.4. Também se verifica a possibilidade de geração de ruídos e vibrações, oriundos da utilização de equipamentos e ferramentas, podendo causar desconforto temporário à comunidade escolar e às áreas vizinhas.
- 12.5. A execução dos serviços poderá ainda implicar no consumo de recursos naturais, como água e energia elétrica, além do uso de materiais de construção, devendo-se buscar a utilização racional desses insumos.
- 12.6. Adicionalmente, há o risco de contaminação do solo e da água em casos de descarte inadequado de resíduos, óleos, tintas, solventes ou outros materiais utilizados durante a obra, o que exige atenção especial quanto ao armazenamento e destinação correta desses insumos.
- 12.7. No contexto específico da região amazônica, deve-se considerar a necessidade de cuidados adicionais quanto à preservação do entorno natural, evitando intervenções desnecessárias em áreas verdes e adotando práticas que minimizem impactos ao meio ambiente local.
- 12.8. Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas, pela contratada, as seguintes medidas:
 - 12.8.1. Realização de gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento e destinação final em locais devidamente licenciados;
 - 12.8.2. Adoção de medidas para controle de poeira, como umidificação de superfícies e organização do canteiro de obras;
 - 12.8.3. Utilização de equipamentos em bom estado de conservação, visando à redução de ruídos e emissões;
 - 12.8.4. Uso racional de água e energia, evitando desperdícios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

- 12.8.5. Armazenamento adequado de materiais potencialmente poluentes, prevenindo vazamentos e contaminações;
- 12.8.6. Prioridade para utilização de materiais sustentáveis e de menor impacto ambiental, sempre que possível;
- 12.8.7. Organização das atividades de forma a reduzir impactos sobre a rotina das unidades escolares e da comunidade local.
- 12.9. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da execução das reformas são controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à realização da contratação. A adoção de práticas sustentáveis e o cumprimento das normas ambientais garantirão que a execução dos serviços ocorra de forma responsável, alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 13.1. Em relação à contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma de 11 (onze) escolas e adequação de 01 (uma) creche no Município do Careiro da Várzea/AM, declara-se que a execução do objeto contratual é viável, tanto do ponto de vista técnico quanto financeiro e ambiental.
- 13.2. **Viabilidade Técnica:** A contratação da empresa especializada para a execução dos serviços propostos é viável do ponto de vista técnico, uma vez que as empresas do ramo de engenharia possuem a capacidade e a experiência necessária para realizar a elaboração de projetos básicos e acompanhar a execução de obras públicas, conforme as exigências do município. A empresa contratada terá a responsabilidade de garantir que todas as fases do projeto sejam conduzidas com o devido rigor técnico, seguindo normas e especificações que assegurem a qualidade e a segurança das obras.
- 13.3. **Viabilidade Financeira:** A viabilidade financeira da contratação está dentro das capacidades orçamentárias do Município de Careiro da Várzea, conforme previsão no orçamento anual.
- 13.4. **Viabilidade Ambiental:** A viabilidade ambiental do projeto também foi



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA
Secretaria Municipal de Educação

considerada, com a identificação de possíveis impactos ambientais que podem ser mitigados por meio da adoção de boas práticas e da fiscalização rigorosa durante a execução das obras.

- 13.5. **Viabilidade Jurídica:** A contratação da empresa de engenharia especializada está conforme a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratações públicas. A modalidade de licitação escolhida, no caso, a pregão presencial, é aplicável à contratação de serviços especializados de engenharia, considerando o valor estimado e a natureza do objeto a ser contratado.
- 13.6. Assim, entendemos e declaramos VIÁVEL esta contratação, nos moldes acima descritos.

Careiro da Várzea/AM, 15 de abril de 2026.


Katia Luzia Sales Cordeiro
Secretária Municipal de Educação